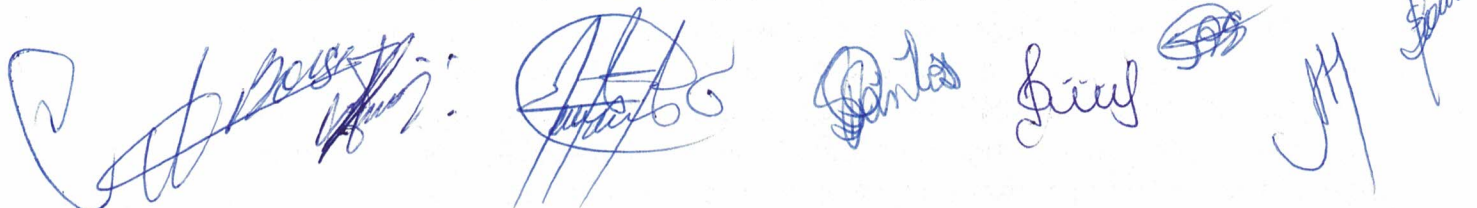


ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniram-se na sede do IPREM os membros de seu conselho administrativo: Paula Juliana dos Santos, Silvio Aparecido Sobrinho, Hemerson André Silva Borge, Lucivaldo José de Almeida, os membros do conselho fiscal Edson Antônio de Souza, Rubens José Alves dos Reis, a superintendente Joana Darc Silveira Macedo o controlador interno Leonardo Pacheco e o Prefeito Adair Divino da Silva para falar sobre o parcelamento da dívida. A superintendente Joana Darc abre a reunião colocando que, como já é de conhecimento de todos, existe um atraso até o presente momento de onze contribuições patronais. O prefeito fala que os atrasos ocorreram por causa dos confiscos sofridos pelo estado e que, no dia anterior a esta reunião já havia notícia de mais um confisco. Que o objetivo da reunião era assumir um compromisso, porém que estava receoso de não conseguir cumprir. Que a confusão que se encontra o país econômica e politicamente preocupa. Que falando sobre a receita, o decreto que impedia o repasse direto dos recursos do IPVA ao município foi suspenso e que volta a ser automático do banco para os municípios o repasse de cinquenta por cento do valor de IPVA, mas, que o mesmo não acontece com o ICMS. Que o valor de recebimento de cada município é informado pela secretaria da fazenda para o banco. Que é preciso resolver rápido a questão do parcelamento pois, estão publicando a licitação dos asfaltos e que ele tem pressa em recuperar a CRP para dar andamento nos trabalhos. Que ainda existe a questão do cálculo atuarial que a superintendente Joana Darc, a advogada Sabrina e ele participaram de um seminário promovido pela confederação nacional dos municípios e que, em um dado momento o palestrante perguntou se havia superávit em algum município onde existe previdência própria, se a previdência própria era bom ou ruim e que todos permaneceram calados. Que um prefeito de um município onde não existe RPPS perguntou a ele o que ele achava, ao que ele respondeu que o RPPS é bom para o servidor e péssimo para o município. Que a assessoria propôs um novo cálculo do déficit atuarial mantendo este ano em 140.000,00, passando os auxílios para o município pagar para assim manter a mesma alíquota e diluíram o restante para o ano de 2020. Que é um alívio momentâneo. Que o relator no senado, Tarso Jeressati, apresentou ontem a PEC paralela que, caso seja aprovada muda um pouco a situação dos municípios. Que também houve uma queda no FPM já esperada para os meses de julho e agosto, mas que não contava com menor arrecadação de ICMS. Que diante disso tudo não conseguirá repassar o patronal do mês de agosto que fechará amanhã. Sendo assim, não vê outra forma a não ser esperar fechar para que o mês de agosto também seja incluído no parcelamento. Que pediu a Joana que fizesse alguns cálculos parcelando em trinta e quarenta meses. Joana coloca que com o mês corrente, a dívida ficaria em mais ou menos R\$ 4.000.900,00 sem correção. Com a correção de mais



ou menos 15% mais IPCA acumulado dividido por 30 meses resulta em uma parcela de 160.000,00 e em 40 meses em uma parcela de mais ou menos 120.000,00. O conselheiro Edson Antônio coloca que até para não haver um desgaste político, seria melhor o parcelamento ser feito em trinta meses tal qual o governo do estado pagará sua dívida ao município. O prefeito coloca que acredita que com o cumprimento da decisão judicial por parte do governo estadual, irá receber 450.000,00 além do recurso normal e que sendo assim tem condições de fazer este parcelamento em trinta meses. Que a proposta do governo Zema é primeiro pagar o que foi confiscado pelo seu governo nos primeiros meses do seu mandato e que só do nosso município foram confiscados três milhões, para depois pagar a parte do governo estadual anterior. Que os valores de um governo e outro não foram somados. Que sendo assim as primeiras três ou quatro parcelas serão maiores. Joana então fala sobre os tramites do parcelamento. Que no próximo dia onze enviará ofício de cobrança ao que a administração deverá responder com a proposta de parcelamento integral da dívida em trinta parcelas, daí nos reunimos novamente para oficializarmos o parcelamento, que só depois conseguirá entrar no CADPREV onde pode ser que a resposta não saia no mesmo dia e que sendo assim só enviará a lei para câmara depois do dia 16 mais tardar 23. O prefeito fala que este tempo é importante até para acompanhar o andamento da reforma por causa do percentual já calculado do déficit atuarial para ver se parcela em trinta ou quarenta meses, a superintendente responde que de acordo com o calculo para equacionamento do déficit atuarial, mesmo a PEC não sendo aprovada, o aumento do aporte fica para outubro de 2020. Fixando-se assim, sempre nos meses de outubro de cada ano será ajustada a nova parcela do equacionamento. O prefeito e membros do conselho fiscal se despedem e os demais continuam para a segunda parte da reunião. Joana coloca que, como já é sabido por todos a colaboradora Cíntia, que já havia manifestado ser impossível continuar no cargo após a mudança de horário está grávida e não poderá se desligar no momento, porém também não pode, por motivos pessoais trabalhar o dia todo. Joana propõe para o conselho que a colaboradora trabalhe de onze as dezessete horas fazendo o serviço de digitalização e inclusão dos documentos do cadastramento no sistema SIPREV. O conselho aprova o horário para a colaboradora. A superintendente comunica que a servidora Regina Aparecida Dayrell a procurou para entregar a folha, pois o salário que recebe é muito baixo em relação as demandas do cargo. Que a lei que criou a estrutura organizacional do instituto não previu este cargo e que, sendo assim pretende criar um cargo comissionado para suprir a necessidade de um melhor salário para esta ocupação. A servidora foi chamada para conversar e o presidente Silvio em nome do conselho, coloca para a servidora que todos concordam com a criação do cargo comissionado e pede para que a servidora continue com a folha até aprovação da lei pela câmara. A superintendente propõe mandar o projeto retroativo a setembro. Joana coloca que criará um cargo de CC5 e tem a possibilidade de gratificação



Handwritten signatures of the council members and Joana, including Edson Antônio, Cíntia, and Joana.

de acordo com aprovação do conselho e disponibilidade financeira e que o salário ficará em torno de R\$2.540,00. A servidora pede para que seja visto a legalidade que pensará e responderá posteriormente. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião é encerrada e eu, Paula Juliana dos Santos, lavrei a presente ata que após lida, será assinada por mim, pelo presidente e por todos os participantes. Três Marias, vinte e nove de agosto de dois mil e dezenove

PAULA JULIANA DOS SANTOS Paula Juliana dos Santos
SILVIO APARECIDO SOBRINHO Silvio A. Sobrinho
LUCIVALDO JOSÉ DE ALMEIDA Lucivaldo José de Almeida
HEMERSON ANDRE SILVA BORCE H. Silva Borce
JOANA DARC SILVEIRA MACEDO Joana Darc Silveira Macedo
EDSON ANTÔNIO DE SOUZA Edson Antonio de Souza
RUBENS JOSÉ ALVES DOS REIS Rubens José Alves dos Reis
LEONARDO PACHECO SILVA Leonardo Pacheco Silva
ADAIR DIVNO DA SILVA Adair Divno da Silva